

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS – INGLÊS**

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE PRODUÇÃO
ORAL**

Trabalho elaborado na disciplina de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa,
sob orientação da Prof. Angela Mari Gusso:

**ALESSANDRO SCHUMINSKI
ANDRESSA CANDIDO BARBOSA
CAROLINE RABELO GOMES
MARCELO CARLOS DOS SANTOS**

UMA PROPOSTA DE TRABALHO COM DEBATE REGRADO, POR MEIO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Marcuschi principia seu texto “Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco falada” (2002) asseverando que “a fala é uma atividade muito mais central do que a escrita no dia a dia da maioria das pessoas”. (p.21). Na análise das Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Governo do Estado do Paraná, a observação de Marcuschi é corroborada:

No dia a dia da maioria das pessoas, a fala é a prática discursiva mais utilizada. Nesse sentido, as atividades orais precisam oferecer condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, adequar a linguagem conforme as circunstâncias (interlocutores, assunto, intenções), aproveitar os imensos recursos expressivos da língua e, principalmente, praticar e aprender a convivência democrática que supõe o falar e o ouvir. (DCE-PR, p.22)

Todavia, há uma certa desatenção de muitos professores para com a quase ausência de abordagens do aspecto oral da língua nas aulas de Língua Portuguesa. Marcuschi (2001) destaca uma quase omissão da fala com objeto de exploração do trabalho escolar. O autor salienta que essa omissão pode ter como explicação a ingênua crença de que os usos orais da língua estão tão ligados à vida de todos nós que nem precisam ser matéria de sala de aula.

A prática da oralidade no cotidiano escolar não pode ser marginalizada em relação à prática da escrita. O ambiente escolar deve ser provido em múltiplas ocasiões de escrita e fala, sem que cada produção se transforme, necessariamente, num objeto de ensino sistemático. Criar contextos de produção

precisos, efetuar atividades e ou exercícios variados e múltiplos com a certeza de permitir aos alunos a apropriação de técnicas, noções e instrumentos necessários ao pleno desenvolvimento de suas capacidades de expressão tanto oral quanto escrita, em situações diversas de comunicação.

Quanto à prática da oralidade, as Diretrizes reconhecem as variantes linguísticas como legítimas, uma vez que são expressões de grupos sociais historicamente marginalizados em relação à centralidade ocupada pela norma padrão, pelo poder da fala culta. A fala tem como aspecto central a variação. “A noção de um dialeto padrão uniforme (não apenas no Português, mas em qualquer língua) é uma noção teórica e não tem um equivalente empírico” (MARCUSCHI, 2002, p. 24). A abrangência dos aspectos de mudança e variação raramente é efetuada nas aulas de língua portuguesa, porém, faz-se necessário, segundo o autor, “formar a consciência de que a língua não é homogênea nem monolítica”.

Segundo as diretrizes, cabe, entretanto, reconhecer que a norma padrão, além de variante de prestígio social e de uso das classes dominantes, é fator de agregação social e cultural e, portanto, é direito de todos os cidadãos, sendo uma função da escola possibilitar aos alunos o acesso a essa norma. Irandé Antunes (2003) comprova essa afirmação:

As atividades em torno da oralidade devem privilegiar os usos mais formais do discurso oral, normalmente aqueles usos próprios da comunicação pública, por oposição à comunicação privada que fazemos em nosso ambiente particular de atuação. As circunstâncias de falar em público exigem o cumprimento de certas convenções sociais que interferem na organização do que dizer e na forma de como dizer. O professor deve estar atento para desenvolver nos alunos as competências necessárias a uma participação eficiente em eventos da comunicação pública, como uma conferência, uma reunião, um debate, uma apresentação, um aviso, etc.

Inserido nesse contexto, o trabalho focado na sequência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de

texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação. Trabalhar os gêneros textuais em sala de aula é uma excelente oportunidade de se lidar com a língua nos seus mais diversos usos do cotidiano.

Ao se realizar a comunicação, constituída sempre de gêneros textuais, deve-se possibilitar aos estudantes a oportunidade de produzir e compreender textos de maneira adequada a cada situação de interação comunicativa. A melhor alternativa para trabalhar o ensino de gêneros textuais é envolver os alunos em situações concretas de uso da língua, de modo que consigam, de forma criativa e consciente, escolher meios adequados aos fins que se deseja alcançar.

Uma sequência didática é um trabalho organizado de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito e serve para dar acesso aos alunos as práticas de linguagem novas ou dificilmente domináveis. Quando se depara com um assunto novo, o aluno recorre a concepções, representações e conhecimentos adquiridos em suas experiências anteriores, que aconteceram dentro e fora da escola. Esses conhecimentos prévios determinam em boa parte as informações que ele selecionará, como as organizará e que tipo de relações estabelecerá entre elas. Por isso, é importante o professor inteirar-se do que seus alunos sabem e do que precisam saber sobre o conteúdo a ser estudado.

A produção com sequência didática é, atualmente, uma das formas de se trabalhar com a elaboração de textos e constitui-se uma estratégia desenvolvida por Dolz e Schneuwly (2004). Os dois autores participam de um grupo de pesquisa na Universidade de Genebra, Suíça, e seus estudos estão se espalhando pelo mundo.

A estrutura de uma sequência didática é a seguinte:

1) *Apresentação da situação*: momento em que é descrita de maneira detalhada a tarefa de expressão oral ou escrita que os alunos deverão realizar, isto é, a primeira produção, na qual a turma constrói uma representação da situação e da atividade de linguagem a ser executada. A atividade deve ser proposta aos alunos de maneira bastante explícita para que eles compreendam o melhor possível a situação comunicativa na qual devem agir. É necessário expor

aos alunos a quem se dirige a produção, que forma assumirá e quem participará; eles devem perceber, imediatamente, a importância desses conteúdos e saber como trabalhar.

2) *A primeira produção*: a apresentação da situação não desemboca necessariamente em uma produção inicial completa. Somente a produção final constitui, frequentemente, a situação real em toda sua riqueza e complexidade. Para o professor, essa primeira produção, que não receberá, evidentemente, uma nota, constitui momentos privilegiados de observação que permitem refinar a sequência, modulá-la e adaptá-la de maneira mais precisa às capacidades reais dos alunos de uma dada turma.

3) *Os módulos*: essa etapa foca o trabalho com os problemas que aparecerão naturalmente na primeira produção e a sua solução, por meio de instrumentos necessários dos quais o professor proverá a seus alunos para superá-los. A produção de textos escritos e/ou orais é um processo complexo, com vários níveis que funcionam, simultaneamente, na mente do indivíduo. Esquemáticamente, e inspirando-se nas abordagens da psicologia da linguagem, podem-se distinguir quatro níveis principais na produção de textos: a) representação da situação de comunicação; b) elaboração dos conteúdos; c) planejamento de texto; d) realização do texto escolhido.

Em cada módulo, é muito importante propor atividades de forma mais diversificada possível, dando, assim, a cada aluno a possibilidade de ter acesso, por diferentes vias, às noções e aos instrumentos, aumentando, desse modo, suas chances de sucesso na versão final do texto em questão.

4) *Produção final*: a sequência é finalizada com uma produção que dá ao aluno a possibilidade de pôr em prática as noções e os instrumentos elaborados separadamente nos módulos. Essa produção permite, também, ao professor realizar uma avaliação somativa assentada em critérios elaborados ao longo da sequência. A avaliação é uma questão de comunicação e de trocas, do qual os professores são orientados para uma atitude humanista, responsável e profissional, mas o importante é frisar que, esse tipo de avaliação será realizado, em geral sobre a produção final.

A sequência didática proposta neste trabalho enfocará o gênero debate, com a intenção de explorar as capacidades argumentativas dos alunos. Dolz e Schneuwly (1998, p. 166), descreveram e analisaram intervenções didáticas voltadas para o ensino-aprendizagem do debate:

Um debate público se volta sempre para uma questão controversa e permite a intervenção de diversos parceiros que exprimem suas opiniões ou atitudes, tentando modificar aquelas dos outros pelo ajuste das suas próprias, em vista, idealmente, desconstruir uma resposta comum à questão inicial. Pode ser chamado de regrado quando um moderador gere e estrutura seu desenrolar evidenciando a posição de diferentes debatedores, facilitando as trocas entre eles e tentando eventualmente arbitrar os conflitos e conciliar as posições opostas. Desse ponto de vista, o moderador não assume somente o papel de mediador entre os participantes, mas também (e, às vezes, principalmente) entre os participantes e o auditório.

O *debate regrado* é constitutivo tanto do círculo de práticas sociais diversas quanto na esfera escolar, ainda que os autores citados anteriormente esclareçam que, na variante escolar, o debate deva privilegiar mais a construção conjunta de um ponto de vista sobre um assunto do que as dimensões polêmicas do debate. Em outros termos, essa atividade deve reconhecer o outro como interlocutor efetivo daquilo que lhe digo, ouvi-lo como interlocutor que é legítimo em seu gesto de dizer e, finalmente, reconhecer em quais motivações se funda o dizer-posicionamento do outro.

PRÁTICA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Esta sequência de atividades de trabalho com o gênero debate é uma proposta para ser realizada com uma turma de alunos adolescentes, entre 15 e 18 anos, cursando o Ensino Médio (1^a, 2^a e 3^a séries) que ocorrerá, basicamente, em quatro momentos, tratando do tema *casamento homossexual*. A escolha de um tema polêmico é fundamental, pois se o tema não for polêmico não há como debater, nem explorar a capacidade de argumentação dos alunos.

O primeiro momento consistirá em o professor apresentar a situação de debate com previsão de acontecer dentro de um prazo, de mais ou menos 15 dias. Porém, haverá um debate preliminar sobre o tema (no período de duas aulas geminadas 90 min.); para isso, lerão um pequeno artigo extraído do site R7 de notícias¹ sobre o tema proposto, que servirá como base para a realização desse debate preliminar. Para essa atividade o professor solicitará que a turma divida-se em dois grupos (favoráveis e contra o casamento homossexual) e coordenará a discussão, que será filmada.

Observação: Esse momento de debate livre terá o propósito de fornecer pistas ao professor sobre as dificuldades apresentadas pelos alunos para que, posteriormente, elabore atividades que trabalhem essas dificuldades de modo a saná-las e, assim, o aluno apropriar-se e poder realizar com êxito o debate previsto na produção final.

O segundo momento, então, acontecerá em torno das dificuldades dos alunos, observadas pelo professor, ou seja, as atividades visarão, de um lado, a coleta e ordenação de informações sobre o tema com vistas à sistematização de pontos de vista e de argumentos a serem retomados posteriormente (durante a realização do debate final) e, de outro, ao reconhecimento de características gerais do funcionamento do gênero debate, como: os papéis que podem ser assumidos, o uso da linguagem formal, a postura corporal, entonação da voz,

¹ Ver texto 1 em anexos.

articulação da argumentação, etc. Para esse momento, será realizada uma atividade na qual o professor elaborará, juntamente com os alunos, um quadro esquemático do gênero debate conforme modelo abaixo:

Argumentos favoráveis	Este espaço será preenchido com alguns argumentos que os alunos já tenham extraído do texto lido no primeiro momento.
Argumentos contrários	Este espaço será preenchido com alguns argumentos que os alunos já tenham extraído do texto lido no primeiro momento.
Participantes e funções	Neste espaço serão listados todos os envolvidos em um debate e suas respectivas funções (mediador do debate, debatedor, etc.).
Características comportamentais	Aqui serão listados modos de exposição do locutor durante o debate (desde a postura corporal até a entonação, por exemplo), aos modos de construção da opinião (uso de dispositivos de argumentação particulares, de um registro formal de linguagem) etc.

Com base nas atividades realizadas e informações obtidas sobre o gênero debate e sobre o tema proposto, o professor solicitará que os alunos organizem o debate programado no momento inicial do trabalho com esse gênero. É importante que o professor indique aos alunos onde podem ser encontrados materiais de apoio relacionados ao tema², com posições tanto favoráveis quanto contra o casamento homossexual, direcionando-os para que a atividade seja consistente. (Período de duas aulas geminadas 90 min.)

O terceiro momento, após duas semanas, será o debate final organizado exclusivamente pelos alunos, quando o professor fará a avaliação somativa levando em consideração a aplicação do que foi trabalhado no segundo momento e a evolução obtida entre o primeiro debate e o debate final, o qual, também, será filmado. (Período de uma aula 45 min.).

Os critérios de avaliação serão os seguintes e deverão ser apresentados aos alunos:

² Ver textos 2, 3 e 4 em anexos.

- Atende ao gênero?
- A postura corporal e volume de voz foram adequados à situação?
- O papel de cada um no grupo foi dividido de maneira organizada e adequado? Todos os integrantes tiveram participação?
- Houve variedade e coerência na argumentação?
- A linguagem utilizada atendeu o exigido pelo gênero debate regrado?
- Cada um soube esperar sua vez de falar?
- A posição defendida pelos colegas foi respeitada?
- Houve aprendizado de comportamentos para a prática de debates entre o primeiro e o segundo debate?

Por fim, o quarto momento consistirá na exposição dos vídeos filmados durante as aulas, para que os próprios alunos percebam a evolução obtida e assimilem a importância do trabalho realizado. Ao assistirem os vídeos o professor e os alunos usarão os critérios de avaliação postulados anteriormente para avaliar o desempenho dos participantes nessa prática linguística. (período de uma aula 45 min.).

ANEXOS

Texto 1

Casamento gay na Argentina pressiona o Brasil

Dayanne Mikevis, do R7

A decisão histórica do Senado da Argentina de aprovar a extensão do direito ao casamento a pessoas do mesmo sexo pode ser um fator de pressão para que o Brasil discuta a mesma questão. Especialistas consultados pelo **R7** acreditam que, a exemplo de outras mudanças em questões de direitos civis, mais cedo ou mais tarde o Brasil deve seguir o mesmo caminho. No entanto, a Constituição brasileira pode barrar tal objetivo.

Para valer, a lei argentina precisa agora apenas ser aprovada pela presidente do país, Cristina Kirchner. Isso é uma mera formalidade, já que foi justamente ela

quem propôs o texto. A Câmara dos Deputados da Argentina já havia dado parecer favorável à polêmica lei.

A advogada Maria Berenice Dias, fundadora e vice-presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família, comemorou a decisão argentina.

É um belo exemplo para o Brasil, temos uma proximidade grande, há o mesmo peso religioso, e a aprovação vai fazer o nosso legislador pensar no assunto. O casamento homossexual ainda não existe porque ainda, em parte, o nosso Legislativo é um pouco covarde.

A grande pressão acaba acontecendo no Poder Judiciário, de acordo com Maria Berenice, que recebeu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o troféu do Prêmio Direitos Humanos 2009, na categoria Garantia dos Direitos da População LGBT.

As pessoas recorrem ao Judiciário, e o juiz, como não pode deixar de julgar, acaba dando uma resposta, que é cada vez mais positiva. O Executivo vem até mesmo adotando algumas decisões primeiro colocadas pelo Judiciário.

<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/casamento-gay-na-argentina-pressiona-o-brasil-20100715.html>

Texto 2

Após 14 horas de debates, Argentina aprova casamento entre pessoas do mesmo sexo

Nação transforma-se no décimo país do mundo a contar com o casamento homossexual e o primeiro na América Latina

15 de julho de 2010 | 4h 08

Ariel Palacios

BUENOS AIRES – Na madrugada desta quinta-feira, 15, depois de 14 horas de debates intensos, o Senado argentino aprovou o projeto de lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Do total de senadores presentes, 33 votaram a favor. Outros 27 senadores votaram contra. Três parlamentares abstiveram-se.

Desta forma, a Argentina tornou-se o primeiro país da América Latina a contar com o casamento homossexual e o segundo em todo o continente americano (na América do Norte, o Canadá conta com legislação similar).

A votação desta madrugada também torna a Argentina no décimo país em todo o mundo a oficializar o casamento homossexual (já existe na Holanda, Bélgica, Noruega, Suécia, Islândia, Portugal, Espanha, África do Sul e Canadá).

O projeto causou profundas divisões nas fileiras do próprio governo da presidente Cristina Kirchner, que respaldou a ideia, originalmente apresentada pelo Partido Socialista. Além disso, o casamento homossexual também gerou divisões dentro dos diversos partidos da oposição. Diversos senadores governistas votaram contra o projeto, enquanto que muitos parlamentares da oposição respaldaram a lei de casamento homossexual.

‘Guerra de Deus’

A cúpula da Igreja Católica posicionou-se contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo de forma categórica. Nas últimas semanas, o primaz da Argentina, cardeal Jorge Bergoglio, havia convocado uma campanha contra o casamento homossexual. O cardeal definiu sua batalha contra o projeto de lei como uma “Guerra de Deus” (Bergoglio foi um “papável” que no último conclave no Vaticano ficou em segundo lugar na votação para escolher o novo Sumo Pontífice, ficando atrás de Joseph Ratzinger, que foi eleito papa).

O bispo de Río Cuarto, monsenhor Eduardo Martín, sustentou que os homossexuais colocam em risco o “futuro da pátria”.

No entanto, diversos padres em dezenas de paróquias do país respaldaram a iniciativa, indo na contra-mão da alta hierarquia. O projeto de lei também provocou divergências entre pastores de igrejas evangélicas e entre rabinos da comunidade judaica.

O debate sobre o casamento entre homossexuais gerou a maior discussão na sociedade argentina desde a votação da lei do divórcio em 1987.

Uma pesquisa divulgada ontem, elaborada pela consultoria Ipsos Mora y Araujo indicou que 54% dos argentinos estão a favor da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Outros 44% estavam contra, enquanto que 2% não contavam com opinião formada sobre o assunto.

Michelangelo

Do lado de fora do edifício do Congresso Nacional milhares de pessoas, vinculadas a movimentos de defesa dos direitos humanos e de minorias sexuais, celebraram o resultado da votação.

Perto dali, grupos de católicos que opunham-se ao casamento entre pessoas do mesmo sexo choravam enquanto seguravam estátuas da Virgem Maria. Os integrantes destes grupos rezavam o rosário e alertavam para o iminente "Apocalipse" que assolaria a Argentina.

Durante os debates no plenário, o senador Eduardo Torres, a favor do projeto, destacou que os setores do clero que realizaram campanha contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo "deveriam recordar que no Vaticano, o centro do catolicismo, os murais que decoram a Capela Sistina, entre elas 'A criação de Adão', foram realizadas pelo pintor Michelangelo...famoso por ser homossexual!".

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,apos-14-horas-de-debates-argentina-aprova-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo,581494,0.htm>

Texto 3

A Posição da Assembleia de Deus Diante do Casamento de Homossexuais

A decadência moral e espiritual do povo brasileiro está chegando a extremos sem precedentes na história do país. Recentemente, o Congresso Nacional submeteu à votação dos deputados o Projeto de Lei 1.151/95, que disciplina o "Contrato de Parceria Civil Registrada entre Pessoas do Mesmo Sexo".

A autoria do Projeto justifica que "a aceitação legal da união civil entre pessoas do mesmo sexo encorajará mais gays e lésbicas a assumirem sua orientação sexual, e... essa realidade somente tornará mais fácil a vida das pessoas...".

O salmista Davi, já no seu tempo, tinha toda razão em clamar por justiça, ao perguntar: "Na verdade que já os fundamentos se transtornam; que pode fazer o justo?" (Salmo 11.3).

A Assembléia de Deus não pode aceitar em silêncio que Projetos de leis contrários à Bíblia e aos padrões morais da nossa sociedade, como estes, venham atolar ainda mais a sociedade brasileira, que sobrevive em meio a tantas mazelas. Ainda mais que, com essa "união", haverá abertura para a adoção de crianças por pais adotivos homossexuais, as quais, inevitavelmente, assimilarão

os mesmos princípios praticados pelos "pais". Tais projetos, sem dúvida, são de inspiração demoníaca.

A liderança de nossa igreja expressou, em um encontro exclusivo com o Presidente da República, o nosso posicionamento bíblico sobre a união de homossexuais, a legalização do aborto e das drogas: somos 100% contra tais projetos. Enfatizamos que a aprovação de leis como estas significam uma afronta à sociedade cristã brasileira, que acredita nos princípios bíblicos. Concordar com essa sugestão abominável significa voltar às costas ao Criador que instituiu o casamento entre "macho e fêmea", Gênesis 2.24 e não entre indivíduos do mesmo sexo. O homossexualismo é uma perversão satânica dos instintos sexuais do ser humano.

Vale aqui lembrar que a Bíblia não classifica o homossexualismo como doença qualquer, pelo contrário, afirma claramente que se trata de uma deliberada desobediência a Deus e aos seus mandamentos. Está escrito em 1 Coríntios 6.10 o seguinte: "Não erreis; nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus". Nós preferimos ficar com os ensinamentos das Sagradas Escrituras a aceitar sugestões dos maiores estudiosos do assunto. Os tais receberão, no devido tempo, o galardão pelas suas práticas imorais e pecaminosas e pela tolerância e simpatia a elas.

Porém não concordamos que isto seja um mal incurável. Ninguém tem que viver infeliz a vida toda. Foi por esta razão que Cristo, o Filho de Deus, veio ao mundo: para resolver problemas humanamente insolúveis, como estes. Jesus mesmo afirmou: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres", João 8.36. Inúmeros irmãos e irmãs, hoje membros de nossas igrejas, são testemunhas vivas do que o Senhor fez em suas vidas, libertando-os de tais perversões.

Portanto, estamos absolutamente convictos que a solução para os homossexuais, bissexuais e lésbicas não está na oficialização do casamento civil, mas, sim, no arrependimento e abandono completo dessas práticas e na aceitação da salvação

em Cristo. Os maiores índices de suicídios ocorrem nos países europeus como Suíça, Dinamarca e outros, onde essa "união" é legal.

Repito, a solução está em Cristo que é poderoso para transformar o mais vil pecador em uma nova criatura. Rm 1.16; 2 Co 5.17.

Pr. José Wellington Bezerra da Costa
Presidente da CGADB

http://www.iead-pvh.com/portal/html/posicoes/casamento_homossexual.htm

Texto 4

Casamento homossexual

Recentemente, o estado da Califórnia nos EUA e a Espanha autorizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Na Espanha este fato se deu graças a mudanças no Código Civil, suprimindo as palavras “homem e mulher” do texto que regulamenta o casamento. Em visita à capital espanhola, pude notar que o número de casais envolvendo pessoas do mesmo sexo era quase o mesmo dos casais “convencionais”.

Seres humanos vivendo em total harmonia com a comunidade, sem constrangimento, sem preconceitos. Lembrei dos inúmeros amigos e conhecidos homossexuais que levam uma verdadeira vida dupla na intenção de evitar a discriminação. Como diria o “velho guerreiro”: de dia é Maria e de noite é João” - ou vice-versa, claro. Certamente que ver em praça pública dois barbados se devorando aos beijos não é agradável. Porém, um casal hétero, no afã caloroso de um beijo público, também causa constrangimento. A questão está no âmbito de um pudor coletivo mínimo, que não pode ultrapassar determinado limite a ponto de se tornar preconceito.

Na Europa, o respeito e a convivência com os homossexuais é mais comum do que no Brasil. Na república em que morava em Coimbra/Portugal, apesar de não ter nenhum homossexual na casa, havia uma bandeira do orgulho gay estendida na parede com a palavra “peace” escrita no meio. Eu, curioso, perguntei aos colegas o que essa bandeira fazia lá e a resposta foi: porque é muito bonita. Simples assim, sem preconceitos, sem maiores comentários ou informações, tudo dentro de uma normalidade altamente civilizada. As transformações sociais são muito mais rápidas que a produção legislativa que tende a suprir suas necessidades. Disso ninguém duvida, apesar da intensa produção legislativa na elaboração e alteração das mais diferentes normas do ordenamento, desde as mais simples determinações, até importantes conceitos constitucionais.

Porém, algumas necessidades sociais são mais complexas de receberem adequação legal que outras. A Constituição brasileira determina, no artigo 226, parágrafo terceiro que será protegido por lei a união estável entre homem e mulher, reconhecida como entidade familiar, sendo facilitada sua conversão em casamento através da lei. Essa restrição, há tempos, tem causado certo desconforto em parcela cada vez maior da sociedade. A parcela referida, formada por gays, lésbicas e heteros que se solidarizam com os dois primeiros, exigem ter seus direitos fundamentais garantidos.

Nossa Constituição, que completa no mês de outubro 21 anos de vida, sofreu durante sua existência, quase 60 alterações. Muitas dessas adequadas e importantes, outras desapropriadas e desnecessárias. Porém, mesmo com toda organização e mobilização dos interessados, no Brasil, ainda não é possível a união entre pessoas do mesmo sexo ser reconhecida legalmente. Essa parcela não precisa da anuência legislativa para amar e viver em comunhão permanente, o que se procura é ver muitos outros direitos dessas pessoas garantidos. Direitos estes relacionados com a sucessão, com a proteção à família, ao trabalho, à seguridade social, à dignidade da pessoa humana.

Talvez o mundo legislativo seja antiquado e tradicionalista, submisso a conceitos religiosos determinados por séculos de influência da Igreja Católica, mas há a possibilidade de este ser simplesmente hipócrita e covarde. As pessoas aqui

defendidas não são gays ou lésbicas, mas são apenas pessoas, protegidas pelo princípio da igualdade, da dignidade e por uma série de outros expressos em nossa constituição como “clausulas pétreas”(imutáveis), que autorizariam a extensão da norma constitucional quanto ao casamento e união estável. Deixar essa parcela cada vez mais significativa da população brasileira sem uma resposta, um dia surtirá efeito nas urnas das eleições. Diz o jargão popular que “o mundo é gay”. Eu acredito que o mundo é do ser humano, independentemente de sua opção sexual. Porém, se um dia o mundo for realmente gay, serei o primeiro a ostentar o arco-íris no peito.

(Lúcio Corrêa Cassilla - Advogado, pedagogo e pós-graduado em Ciências Criminais).

<http://www.jor-cidade.com.br/index.php/opblg/13-todos/309-casamento-homossexual>

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

CAVALCANTE, C. B. Marianne, DE MELO T. V. Cristina. **Oralidade no ensino médio: em busca de uma prática.** In: BUNZEN Clécio, MENDONÇA Márcia. **Português no ensino médio e formação do professor.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Diretrizes curriculares de língua portuguesa para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio: Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. (2007).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e ensino, uma questão pouco ‘falada’.** In: DIONÍSIO, Ângela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **O livro didático de português.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização.** São Paulo: Cortez, 2001.

NOVERRAZ, Michele, DOLZ Joaquim, SCHNEUWLY, Bernard. **Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento.** In: CORDEIRO, Gláís Sales, ROJO Roxane. (trad./orgs.) **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado das Letras, 2004.